

Pecuária familiar no Rio Grande do Sul

HISTÓRIA, DIVERSIDADE SOCIAL E DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO

PAULO DABDAB WAQUIL | ALESSANDRA MATTE
MÁRCIO ZAMBONI NESKE | MARCOS FLÁVIO SILVA BORBA
ORGANIZADORES




UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
EDITORA

PGDR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO RURAL - UFRGS

Pecuária familiar no Rio Grande do Sul



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora e Pró-Reitora
de Coordenação Acadêmica

Jane Fraga Tutikian

EDITORA DA UFRGS

Diretor

Alex Niche Teixeira

Conselho Editorial

Carlos Pérez Bergmann

Claudia Lima Marques

Jane Fraga Tutikian

José Vicente Tavares dos Santos

Marcelo Antonio Conterato

Maria Helena Weber

Maria Stephanou

Regina Zilberman

Temístocles Cezar

Valquiria Linck Bassani

Alex Niche Teixeira, presidente

Pecuária familiar no Rio Grande do Sul

HISTÓRIA, DIVERSIDADE SOCIAL E DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO

PAULO DABDAB WAQUIL | ALESSANDRA MATTE
MÁRCIO ZAMBONI NESKE | MARCOS FLÁVIO SILVA BORBA
ORGANIZADORES

Antônio Jorge Amaral Bezerra	Lovois de Andrade Miguel
Claudio Marques Ribeiro	Marco Antônio Verardi Fialho
Evander Eloí Krone	Rafael Gastal Porto
Fabiana Thomé da Cruz	Renata Menasche
Helen Osório	Rosani Marisa Spanevello
Jaqueline Sgarbi Santos	Tanice Andreatta
Jean François Tourrand	Valéria Dorneles Fernandes
Letícia Fátima de Azevedo	

© dos autores
1ª edição: 2016

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão: Carlos Batanoli Hallberg
Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt



P636 Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento / organizado por Paulo Dabdab Waquil ... [et al.] . – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
288 p. : il. ; 16x23cm

Reimpressão 2016

(Série Estudos Rurais)

Inclui referências.

Inclui figuras, gráficos e tabelas.

1. Agricultura. 2. Pecuária. 3. Desenvolvimento rural. 4. Pecuária familiar – Rio Grande do Sul. 5. Pecuária familiar – História – Diversidade social – Dinâmicas de desenvolvimento. I. Waquil, Paulo Dabdab. II. Matte, Alessandra. III. Neske, Márcio Zamboni. IV. Borba, Marcos Flávio Silva. V. Série.

CDU 636 (816.5)

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0308-5

A presença histórica da pecuária familiar na região da Campanha do Rio Grande do Sul (Santana do Livramento, século XIX)

*Valéria Dorneles Fernandes
Lovois de Andrade Miguel*

Quando se iniciaram os primeiros estudos relacionados aos pecuaristas familiares no Rio Grande do Sul, duas importantes questões foram logo pontuadas: a primeira foi que a pecuária de gado de corte no Rio Grande do Sul não poderia mais ser compreendida como uma prática desenvolvida apenas por grandes criadores e unicamente em extensas áreas de terra, haja visto que as pesquisas revelavam a presença de criadores de gado de corte de médio e pequeno porte produzindo lado a lado desses grandes criadores. A segunda questão focou na identificação destes pequenos criadores de gado como uma categoria social significativamente presente na vida rural sulina, com características próprias e singulares, sobretudo no que se referia ao tamanho da área destinada à criação, a relativa autonomia em relação ao mercado e, principalmente, a predominância de mão de obra familiar.

A literatura¹ também observou que o surgimento dos pecuaristas familiares é decorrente de diferentes processos históricos ocorridos nas regiões em que ocorrem estes pecuaristas. Segundo a literatura existente, alguns se originaram do fracionamento das grandes estâncias em decorrência do processo sucessório. Neste caso, as grandes estâncias foram sofrendo subdivisões ao longo do tempo até ficarem com o tamanho de pequenas propriedades. Pode-se também identificar uma outra explicação para o surgimento da pecuária familiar nestas regiões: agricultores familiares que migraram de outras regiões do estado, em especial da região dita colonial, que, ao se instalarem nas regiões mais voltadas à pecuária de corte, adotavam este modelo produtivo. Por fim, outros estudos apontavam como origem a aquisição por meio de compra, por parte dos peões que trabalhavam em estâncias, de pequenas glebas de terra, constituindo assim pequenos estabelecimentos de criação de gado bovino. Muitos pecuaristas familiares, hoje, narram estas mesmas trajetórias sobre suas vidas e de seus antepassados e parecem confirmar as origens dessa categoria nestes processos históricos ocorridos a partir do século XX.

¹ Em especial Cotrim (2003); Ribeiro (2009); Sandrini (2005); Neske (2009).

No entanto, além destes processos históricos, algumas pesquisas históricas mais recentes demonstram que os pecuaristas familiares já estavam presentes na Campanha gaúcha desde, pelo menos, o início do século XIX. Neste sentido, este capítulo busca demonstrar a efetiva existência de pequenos criadores de gado de corte no município de Santana do Livramento, situado na Campanha² e também na fronteira entre o Brasil e Uruguai, entre os anos de 1850 e 1880. A pesquisa utiliza como fontes primárias processos criminais e cíveis, inventários *post-mortem* e o Censo Agropecuário de 1858, referentes à cidade de Livramento. A base inicial desta discussão é a recente produção historiográfica que vem avançando no conhecimento sobre o mundo rural da região do Rio da Prata e mostra uma realidade rural muito diferente daquela consagrada pela literatura tradicional, a qual considerava na região apenas a existência de poderosos criadores de gado, de um lado, e um grupo de peões assalariados que vagavam solitários pelo Pampa, do outro lado. Sem dúvida, a produção pecuária que se desenvolveu na região do Rio da Prata contava com a presença de pecuaristas de grande vulto, que condiziam com a figura do grande estancieiro. No entanto, nesta sociedade, além da figura do grande estancieiro, contava-se, na Campanha, com uma expressiva camada de criadores de médio e pequeno porte (Gelman, 1992; Osório, 2008; Garavaglia, 1999; Garcia, 2005; Farinatti, 2010; Leipnitz, 2010; Monsma, 2011; Fernandes, 2012).

A presença de pequenos produtores na região da Campanha gaúcha e do Rio da La Prata no século XIX

Osório (2007), analisando a “Relação de moradores que possuíam campos e animais”, produzida em 1784 para o Rio Grande do Sul, observa que no período colonial as unidades produtivas não eram representadas apenas por grandes estâncias de criação, embora estas possuíssem mais da metade do rebanho existente à época, havia também pequenas e médias estâncias, que possuíam pequenos rebanhos. Aqueles que eram identificados como lavradores-pastores não possuíam sesmarias, sendo que a forma mais comum de acesso à terra era por meio da *data de terra* (equivalentes, em geral, a 130 hectares) ou pela compra, seguida de posse, arrendamento e “viviam a favor” (Osório, 2008). Na região da Colônia, na então Banda Oriental, atual República

² A Campanha está situada na porção sul do Rio Grande do Sul, onde predomina o bioma Pampa, é caracterizada pela ocorrência preponderantemente de campos naturais de planície. Historicamente, a Campanha sempre esteve intimamente ligada à pecuária extensiva, introduzida pelos europeus, como a sua principal atividade econômica, mesmo antes de ser povoada pelas coroas portuguesa e espanhola. De acordo com o IBGE, a Mesorregião do Sudoeste Rio-Grandense é composta por Campanha Ocidental, Campanha Central e Campanha Meridional (IBGE, 2008).

Oriental do Uruguai, para o período colonial, Gelman aponta a presença massiva “[...] de una población campesina, constituida por familias que explotan pequeñas parcelas de tierras” (Gelman, 1992, p. 64). O autor demonstra como esta realidade era “[...] muy diferente de la que suponíamos, en la que solo había poderosos hacendados” (Gelman, 1992, p. 57), embora estes últimos concentrassem a maior parte do rebanho de bovinos, ao passo que os pequenos produtores, que eram mais numerosos, concentravam a menor parte do rebanho total. Para o autor, dentre os pequenos produtores (com até 500 reses), os que tinham maiores condições de sobrevivência eram aqueles que possuíam entre 400 e 500 animais, e obtinham em torno de 100 crias anuais, podendo, assim, manter suas famílias, embora com certa dificuldade. Já os menos favorecidos entre os pequenos produtores eram aqueles possuidores de um rebanho entre 20 e 100 animais, e eram obrigados a realizar outras atividades fora de seus estabelecimentos, como o trabalho do chefe ou do filho mais velho em alguma estância próxima (Gelman, 1992). Na Campanha bonaerense, Garavaglia (1999) identificou a presença significativa de famílias e grupos domésticos utilizando áreas de terra que, muitas vezes, não lhe pertenciam e com utilização predominante, quando não exclusiva, de sua própria força de trabalho. Estas famílias e grupos domésticos realizavam a atividade de lavoura ou a criação de animais – ou as duas juntas, desenvolvidas em diversos graus de intensidade. A estes produtores Garavaglia identificou-os como “campesinos”. Aqueles que se dedicavam ao cultivo, este autor os identificou como “labradores” e aos que se dedicavam à criação de animais, como “pastores de ganado”. Os “pastores de ganado” da Campanha bonaerense eram, no geral, proprietários de seus rebanhos, porém, em poucas oportunidades, donos da terra que ocupavam. A força de trabalho provinha do grupo familiar, com eventual contratação de algum jornaleiro³ ou utilização de algum escravo. Para a Campanha do Rio Grande do Sul, Garcia (2005) demonstra que este mundo rural também comportava médias e pequenas unidades de produção. Muitas vezes, estes produtores se estabeleciam em terras alheias ou pertencentes à Coroa. Para a cidade de Alegrete, analisando inventários *post-mortem* referentes ao ano de 1830, a autora identificou a presença de grandes estancieiros que conviviam lado a lado de produtores possuidores de pequenos rebanhos (Garcia, 2005). Ainda para a Campanha do Rio Grande do Sul, Farinatti (2010), ao analisar os inventários entre 1830 e 1870 de Alegrete, identifica a forte presença de criadores de gado bovino que possuíam rebanhos com até 500 reses. Para o autor, os criadores pertencentes a este estrato foram identificados como os pequenos produtores, em um universo no qual os maiores produtores possuíam rebanhos maiores que 10.000 reses (3% da amostra). Um criador com até 500 cabeças

³ Jornaleiro: aquele que desenvolve atividades laborais com pagamento por dia (jornada).

de gado poderia realizar suas atividades produtivas com trabalho familiar e, eventualmente, com algum ajudante pago ou um escravo (Farinatti, 2010). Para o autor, uma família com, no máximo, este rebanho pouco poderia dispor de alguns novilhos por ano. Em virtude disso, necessitavam diversificar suas atividades tanto produtivas como alocando fora de seus estabelecimentos o trabalho de determinados membros da família. Cruzando dados de fontes nominais, o autor identifica que, assim como em outras localidades da região do Rio da Prata, já abordadas por Gelman e Garavaglia, uma das estratégias para esta diversificação consistia no trabalho dos filhos mais velhos destes pequenos produtores ou, até mesmo, do chefe de família nas grandes estâncias (Farinatti, 2008). Portanto, nem todos os peões que se empregavam nas estâncias eram homens solteiros, sem vínculos familiares, enfim, “[...] homens soltos que vagavam pela fronteira”, tratava-se, muitas vezes, de uma estratégia familiar dos menos abastados da Campanha (Farinatti, 2008, p. 375). Gelman (1993) identificou, na Colônia, uma categoria de produtores que formavam a maior parte da população rural do período: *los campesinos*. Para Gelman (1993), esta categoria estava identificada, sobretudo, pela predominância de sua força de trabalho ser proveniente do núcleo familiar, embora com algumas diferenças: havia aqueles que criavam em suas próprias terras e contratavam alguma mão de obra externa e/ou possuíam algum escravo e outro grupo que, não conseguindo sobreviver apenas da sua produção, muitas vezes precisava que o chefe da família ou algum filho mais velho se empregasse de forma temporária em alguma grande estância.

Os pecuaristas familiares de Santana do Livramento no século XIX

Para Santana do Livramento, ao analisarmos as fontes primárias referentes ao século XIX, também se observa a presença de criadores com rebanhos menores do que se poderia supor como pertencente a um grande estancieiro. Santana do Livramento, no período estudado, se caracterizava tendo na pecuária de gado vacum a sua principal produção, porém praticada principalmente por criadores que possuíam pequenos e médios rebanhos, como pode ser observado nos dados apresentados a seguir (Tabela 1).

Segundo este Censo, realizado em 1858 pela Câmara Municipal de Santana do Livramento, todos os 126 produtores, menos um, produziam bezerras. O município produziu quase 34.000 crias de gado vacum naquele ano, que é mais que a soma de todos os outros tipos de crias. Em segundo lugar, estavam os ovinos, com quase 12.000 crias por ano, seguida pela produção de equinos, com, aproximadamente, 7.500 crias por ano. Embora a produção de equinos seja menos relevante, devido à importância destes animais como

instrumento de trabalho na época, a grande maioria dos produtores realizava a criação de equinos em seus estabelecimentos com o intuito de produzir ao menos algumas crias no ano. Ainda que com menor ocorrência (em 31% dos produtores), uma aproximação semelhante pode ser realizada para a produção de muares, sem dúvida relacionada a importância destes animais para o transporte.

TABELA 1
Estatística descritiva da atividade pecuária de Santana do Livramento,
por produtor e tipo de cria anual (1858)

	Laníferos	Muares	Cavalares	Vacuns
Soma total de crias	11.892	1.071	7.580	33.789
Número de produtores por tipo de animal	78	39	115	125
% dentre todos os produtores	61,9%	31,0%	91,3%	99,2%
Quantidade mín. entre produtores (res)	12	3	5	20
Quantidade máx. entre produtores (res)	1.200	188	410	1.968
Média entre produtores (res)	152,5	27,5	65,9	270,3
Mediana entre produtores (res)	100	15	40	140

Fonte: AHRS. Relatório da Câmara Municipal, 1858.

A média de crias de gado vacuum (aproximadamente 270 crias) é bem maior que as médias dos outros tipos de crias. Em segundo lugar, está o número médio de crias de ovelhas, 152, seguido pela média de crias de cavalos, 66, e, finalmente, a média de crias de mulas, 28. A média é a medida de centralidade mais usada, mas pode não ser a melhor maneira de representar o produtor típico, devido à influência dos valores extremos. Se observarmos as quantidades extremas entre aqueles que produziam gado vacuum, o número de crias varia de 20 a 1968, entre os produtores de ovelhas, varia de 12 a 1200, entre os produtores de cavalos, de 5 a 410 e entre os produtores de mulas de 3 a 188 crias. Para uma variável distribuída com cauda maior por um lado, como é o caso do número de crias de animais, a mediana caracteriza melhor o produtor típico, porque é o meio da distribuição (entre os produtores com cada tipo de animal). Quando examinamos as medianas, a posição relativa da criação de cada tipo de gado continua o mesmo, mas, em cada caso, a mediana é menor que a média, devido à forte influência dos grandes produtores na média. A mediana de crias de gado vacuum, 140 crias, por exemplo, é um pouco mais da metade da média, ou seja, neste caso, os grandes produtores, que são poucos, pesam muito no cálculo da média. Não há valores extremos no outro sentido, porque

o valor mínimo é limitado à zero, porque não é possível a produção negativa de crias de animais. Portanto, a utilização da média de crias de animais entre os produtores não seria a melhor maneira de caracterizar o produtor típico de Santana do Livramento.

Em uma segunda análise, podem-se analisar os criadores listados no Censo de 1858 segundo a distribuição por estratos referentes às crias anuais de gado vacum (Tabela 2). Como pode ser observado na Tabela 2, a maior concentração de criadores (41%) se refere àqueles com uma baixa quantidade de crias anuais de gado vacum, entre 20 e 100 crias anuais. No que se refere àqueles criadores com uma maior quantidade de crias anuais, situados no outro extremo na amostra, estes representam apenas 4% da amostra, sendo apenas seis criadores. Estes resultados medem a medida de variação destes criadores, confirmando os dados já discutidos anteriormente, em que se constatou que grandes produtores, que são poucos, e, por serem poucos, não são os que melhor caracterizam o produtor típico do período em questão. Conforme a Tabela 1, discutida anteriormente, a mediana para as crias anuais de gado vacum é 140, consoante a Tabela 2, este número se situa entre o segundo estrato dos criadores (de 101 a 200 crias anuais), sendo que estes últimos representam 26% das unidades produtivas, a segunda mais representativa entre os criadores. Portanto, considerando as informações apresentadas pela Câmara Municipal de Livramento para esta ocasião, o criador típico do município é aquele com pequenos e médios rebanhos, e não a figura do grande estancieiro, como a literatura tradicional afirma.

TABELA 2
Distribuição dos criadores de bovinos segundo o total de crias
(Santana do Livramento – 1858)

Total de crias vacum no ano	Quantidade de criadores	%
20 até 100	51	41
101 até 200	32	26
201 até 500	21	17
501 até 900	15	12
1030 até 1968	6	4
Total	125	100%

Fonte: AHRS. Relatório da Câmara Municipal, 1858).

Tendo em vista que estes criadores considerados pequenos e médios (até 200 crias) poderiam ter uma baixa quantidade de gado vacum, mas serem

produtores especializados em ovinos, procedeu-se à verificação da importância desta atividade produtiva entre os pequenos e médios criadores (Tabela 3).

TABELA 3
 Importância da produção de ovinos entre os pequenos e médios criadores
 (Santana do Livramento – 1858)

Total de crias vacum no ano	Criam ovinos		Não criam ovinos		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
20 até 100	22	43	29	57	51	100
101 até 200	21	66	11	34	32	100

Fonte: AHRS. Relatório da Câmara Municipal, 1858.

Como pode ser verificado na Tabela 3, dentre os criadores de gado vacum, muitos não criavam ovinos, sendo que, entre os pequenos criadores, que correspondem ao primeiro estrato, mais da metade possuía apenas gado vacum (57%). Igualmente, é possível supor que, entre os que criavam ovinos, muitos o faziam para consumo próprio e tivessem um rebanho limitado pela pequena área disponível e pela baixa disponibilidade de mão de obra, provavelmente familiar. Os criadores médios, na sua maioria (66%), criavam ovinos, sendo possível que estes indivíduos possuíssem uma maior disponibilidade de meios de produção em relação aos pequenos criadores.

Utilizando outro tipo de fonte, os inventários *post-mortem*, foi possível realizar uma verificação acerca da presença destes pequenos e médios criadores para um período mais abrangente (entre 1859 e 1881) e também verificar a participação destes no rebanho total inventariado. A Tabela 4 apresenta a quantidade total de gado vacum citado nos inventários. A categoria *rebanho total* foi composta por *reses de criar*, *novilhos* e *outros vacunos*, não sendo contabilizados os chamados *bois mansos*. As unidades de análise não se referem às unidades produtivas e sim ao patrimônio de um indivíduo inventariado.

Pode-se observar que o estrato de criadores com maior rebanho para o período, ou seja, que possuíam de 1.000 até 5.000 reses de criar, representa apenas 11% da amostra. Possivelmente havia a ocorrência de rebanhos maiores que 5.000 reses, no entanto, este era o maior registrado nos inventários analisados, e Garcia (2005), para a década de 1870, também identificou para Alegrete a ocorrência de um tamanho máximo de rebanho de 5.000 reses.

TABELA 4
**Tamanho do rebanho de bovinos em inventários *post-mortem*
de criadores de Santana do Livramento entre 1859 e 1881**

Tamanho do rebanho	Indivíduos		Rebanho total	
	Nº	%	Nº	%
1 até 100	30	33	1.316	3
101 até 300	24	27	4.523	10
301 até 600	19	20	8.660	19
601 até 1.000	9	9	6.821	15
1.001 até 5.000	10	11	24.808	53
Total	92	100	46.128	100

Fonte: 92 inventários *post-mortem*. APERS. Fundo: Bagé, Caçapava do Sul e Santana do Livramento.

No outro extremo estavam os indivíduos que possuíam os menores rebanhos (até 100 reses) e que representaram 33% dos inventariados e, em segundo lugar, os com rebanhos um pouco maiores, mas que não ultrapassam 300 reses de criar, representando 27% da amostra. Em suma, aqueles indivíduos que mantinham rebanhos com até 300 reses de criar representavam mais de 50% dos inventariados. Garcia (2005) identificou em Alegrete, para a década de 1870, que 61% dos inventariados eram pequenos criadores (até 500 reses). Farinatti (2010), observando a estrutura dos rebanhos deste mesmo município, referente ao período de 1831 até 1870, mostra que aqueles com rebanhos de até 100 reses representavam 23% da amostra e estes mais a categoria de criadores com até 500 reses formavam juntos mais de 50% da sua amostra. Gelman (1992) e Garavaglia (1999) revelam proporção semelhante para a região da Banda Oriental e campanha bonarense para o Período Colonial. Na região de Areco, 7% das unidades produtivas (UP) possuíam rebanhos maiores que a quantidade de 500 reses e concentravam 60% do rebanho total, já aquelas UP que possuíam rebanhos com menos de 500 reses representavam 93% da amostra, concentrando apenas 40% do rebanho total (Garavaglia, 1999). Na Banda Oriental, aqueles que possuíam rebanhos com mais de 1.999 reses, que eram 10% dos produtores recenseados, concentravam 60% do rebanho total; enquanto que aqueles que possuíam rebanhos com até 500 reses, 67% dos produtores recenseados controlavam pouco mais de 17% do rebanho total (Gelman, 1992). Portanto, Santana do Livramento não apresenta uma situação diferente da realidade agrária observada para outras regiões do Prata: os estabelecimentos agrícolas existentes não eram apenas aqueles pertencentes aos grandes estancieiros; muito pelo contrário, a maior parte dos criadores era composta por pequenos e médios produtores. Ainda observando a Tabela 4, é possível constatar que, para Santana do Livramento,

aqueles indivíduos que representam 33% dos inventariados (até 100 reses), portanto o maior grupo *criadores*, concentravam apenas 3% do rebanho total inventariado no período, e, no outro extremo, a categoria que concentrava 53% do rebanho total se referia a 11% dos criadores, ou seja, apenas 10 indivíduos concentravam mais da metade do rebanho total inventariado. Novamente, esta mesma situação foi identificada em outras realidades de pecuária na região do Rio da Prata. Assim, a camada de criadores mais numerosa era aquela que possuía os menores rebanhos e concentravam ínfimas parcelas do rebanho total e, no outro extremo, constata-se a existência de poucos indivíduos que, por sua vez, concentravam mais da metade do rebanho bovino (Gelman, 1992; Garavaglia, 1999; Garcia, 2005; Farinatti, 2010).

Estes criadores que possuíam pequenos rebanhos, possivelmente, em muitos casos, criavam apenas reses de gado *vacum*, e apenas uma minoria possuía rebanhos de ovinos. Dos criadores inventariados que possuíam rebanhos até 300 reses de criar (54 indivíduos), aqueles que criavam ovinos constituíam uma minoria, apenas 30%, e muitos o faziam para autoconsumo, visto que dispunham de pequenos rebanhos de ovinos: o maior rebanho de ovinos observado entre os criadores inventariados foi de 225 animais.

O acesso à terra para produzir

No Brasil do século XIX, as possibilidades de acesso à terra para a realização de algum tipo de produção podiam se dar por meio da doação de sesmarias, da posse simples ou, ainda, por arrendamento, herança ou compra. Os mais afortunados e os militares de alto grau, no geral, receberam sesmarias por doação da Coroa e os militares subalternos e os indivíduos simples, no geral, as acessaram por meio da posse em terras públicas ou em terras alheias, na condição de agregado. Embora na região da Campanha houvessem grandes propriedades oriundas de doações de sesmarias, esta não foi a única forma de acesso à terra para produção. Conforme Farinatti (2010), as melhores chances de reprodução social na Campanha no final do XIX pertenciam àqueles que conseguiram empreender uma acumulação fundiária nas décadas iniciais de ocupação de território (entre 1820-40), por meios monetários ou não e, neste caso, tratava-se dos grandes estancieros. Diversas devem ter sido as maneiras empreendidas por estes pequenos produtores para se manter na Campanha nas décadas finais do século XIX, principalmente aqueles que não possuíam a propriedade da terra. Neste contexto, as possibilidades de acesso à terra se limitavam provavelmente ao arrendamento ou possuir a condição de agregado junto a um grande criador.

A análise dos inventários *post-mortem* de criadores de Santana do Livramento nos permite ilustrar esta situação. Em 1870, o criador Fermino de Souza Leal faleceu deixando para seus três filhos menores e herdeiros unicamente como herança “cento cinquenta e oito reses de criar e dinheiro proveniente de arrendamento de gado”.⁴ E, em 1880, D. Clemencia Joaquina da Porciuncula faleceu, deixando para seus herdeiros, filhos e marido, além de poucos móveis, os seguintes bens:

Semoventes: Cento e cinquenta reses de criar e setenta e cinco ovelhas. Dinheiro: Producto de gado de corte vendidos com autorização do Meritissimo Senhor Juis d’Orphãos [grifo nosso].⁵

Como pode ser observado nas descrições dos inventários acima apresentadas, Fermino de Souza Leal possuía um pequeno patrimônio, composto de um rebanho de poucas reses de criar e algum dinheiro proveniente de arrendamento de gado; a sua atividade produtiva estava ligada à criação de gado bovino. E quanto ao casal constituído por D. Clemencia Joaquina da Porciuncula e seu esposo Mauricio Pereira Pascoal, viúvo e inventariante, as características se assemelham às de Fermino: um patrimônio formado por alguns modestos bens móveis, um rebanho constituído por poucas reses de criar e algumas ovelhas. É possível considerar que ambos os inventariados se dedicavam à atividade de criação de gado, tinham uma família constituída, e não possuíam a propriedade de terras, ou seja, a sua criação também se dava, provavelmente, em terras alheias ou arrendadas, se considerarmos que, em 1870, o acesso à terra pública era quase impossível (Garcia, 2005). No que se refere a Fermino e D. Clemencia, não foi possível acessar outras informações, no entanto, mesmo com estes fragmentos de suas histórias, ambos nos emprestam aqui um pouco da sua trajetória para ilustrar, no Rio Grande do Sul do século XIX, a existência de pequenos criadores que não possuíam a propriedade da terra.

Porém, no contexto de finais do século XIX, estes não foram os únicos a não possuírem a propriedade da terra onde criavam gado. Com base nas informações dos inventários, a Tabela 5 apresenta a distribuição da frequência entre aqueles criadores que possuíam a propriedade da terra e os que não possuíam. As informações referentes a estas variáveis foram extraídas da listagem dos bens de raiz⁶ inventariados, porém a variável *com campo* se refere apenas àqueles indivíduos que possuíam “campo para criação”.

⁴ APERS. Fundo: Bagé. Subfundo: Vara de Família. Caixa: 010.0271. Inventário: 167. Ano: 1870.

⁵ APERS. Fundo: Santana do Livramento. Subfundo: Vara de Família. Caixa: 772. Inventário: 313. Ano: 1880.

⁶ Bens de raiz se referem a todos os bens que fossem terra, podendo ser terreno na cidade, campo, fazenda, etc.

TABELA 5
Criadores sem campo e com campo conforme a dimensão dos rebanhos
(Santana do Livramento, 1859-1881)

Estrato (reses)	1 a 100	%	101 a 300	%	301 a 600	%	601 a 1.000	%	1.001 a 4.792	%	Total	%
Com campo	17	57	18	75	16	84	9	100	8	80	68	74
Sem campo	13	43	6	25	3	16	0	0	2	20	24	26
Total	30	100	24	100	19	100	9	100	10	100	92	100

Fonte: 92 inventários *post-mortem*. APERS. Fundo: Bagé, Caçapava do Sul e Santana do Livramento.

Observando a Tabela 5, dos 92 criadores inventariados, 26% não possuíam a propriedade da terra e 74% possuíam a propriedade da terra. Entre aqueles que possuíam menores rebanhos (1 a 100 reses), a distribuição entre esta categoria é relativamente uniforme: dos 30 criadores, 57% possuem campo e 43% não possuíam. Porém, a diferença entre os *com campo* e *sem campo* se torna muito maior nas categorias subsequentes, em que os tamanhos dos rebanhos são maiores. Para aqueles com rebanhos de 301 a 600 reses, 84% dos indivíduos possuíam a propriedade da terra e apenas 16% não a possuíam. A próxima categoria se refere àqueles com rebanhos de 601 até 1.000 reses, dos quais todos os indivíduos (9 inventariados) possuíam a propriedade da terra. No que se refere aos maiores criadores, com mais de 1.000 reses de criar, apenas 20% (dois indivíduos) não possuíam a propriedade. Considerando estes dois últimos indivíduos como uma exceção, a tendência é que os que possuíam maiores rebanhos também possuíam a propriedade da terra, principalmente se levarmos em conta que metade do total dos criadores “sem campo” era aqueles que possuíam até 100 reses. Observando apenas os estratos de pequenos criadores (1 a 300 reses), que representavam quase 60% da amostra; verifica-se que 65% possuíam a propriedade da terra. Porém observa-se que dentre os pequenos criadores, 35% não possuíam a propriedade da terra, provavelmente tratando-se de agregados, posteiros ou capatazes, e, em menor grau, arrendatários.

Quando comparando os dados de Santana do Livramento com outras localidades, é possível constatar que não se tratava de uma realidade apenas deste município. Garcia (2005) identificou um significativo percentual de criadores sem terra para Alegrete (incluindo Rosário e Quarai para os períodos de 1830 e 1870), semelhante situação foi observada para Bagé (Chasteen, 1991). Para a Campanha bonaerense e para a Banda Oriental também se verificou a existência de criadores

e lavradores que não tinham a propriedade da terra (Garavaglia, 1999; Gelman, 1993). A possibilidade de um criador se estabelecer com sua própria produção em terras alheias não é novidade ou exclusividade de Santana do Livramento, era um fenômeno característico das regiões de criação de gado bovino. Conforme Gelman (1993), no contexto da Banda Oriental, no período colonial, para um indivíduo pobre da Campanha instalar-se “[...] en una tierra (aunque sea como agregado en una estancia) permite valorizar el trabajo de la familia, de la mujer y los hijos pequeños, que no tienen costo de oportunidad” (Gelman, 1993, p. 82). Embora o contexto da Banda Oriental estudado pelo autor não seja o mesmo abordado para Santana do Livramento – na Banda Oriental havia possibilidade de se instalar em terras gratuitas ou muito baratas, enquanto para Livramento na segunda metade do século XIX a fronteira fundiária estava fechada há muito tempo e a terra com preço elevado; é possível perceber que Gelman destaca a importância central do trabalho da família, quando mesmo se “arranchar” em terras alheias era uma possibilidade de manter uma organização familiar.

Portanto, estamos inferindo que este pequeno criador sem campo que ocupa a terra onde produz na condição de agregado, possivelmente usa esta condição (de agregado) como possibilidade para a perpetuação da família e sua organização através do trabalho, visto que ele pode criar algumas reses sem maior ônus e contando com a mão de obra da família.

Nem sempre as informações contidas nos inventários revelam as formas que estes criadores sem campo acessavam a terra para realizarem a sua produção e as atividades de criação. Se, por um lado, a figura do agregado não fica clara neste tipo de fonte, nos processos criminais e cíveis, é possível compreender um pouco mais sobre as características deste tipo de criador. Um relato de um processo criminal ilustra esta afirmação. Em 1865, chega a seguinte denúncia ao Delegado de Santana do Livramento: “Manoel da Silva Ferrão, *criador de gado vaccun e lanígero, agregado ao fazendeiro Luiz Pacheco Prates*, vem perante VS^a exhibir queixa por crime de furto contra Manoel Antonio da Silva [...] [grifo nosso]”.⁷ Além destas informações iniciais, Manoel Ferrão tinha um rebanho de, pelos menos, 600 ovelhas e um escravo de sua propriedade, como é possível observar na continuação da denúncia: “Que no dia 25 de março último *o escravo Januario do suplicante*, iludindo-se com perguntas, sobre reunos, do acusado, descuidou, como de costume, a vigilância do rebanho de 600 ovelhas, que soltará”.⁸ Pode-se observar que as primeiras informações do escrivão para descrever o suplicante se referem à sua categoria como criador e agregado. Neste caso, Manoel Ferrão era um criador de gado vacum e de um

7 APERS. Fundo: Bagé. Subfundo: 1^a Vara Civil e Crime. Caixa: 010.0257. Processo: 1595. [grifo nosso].

⁸ APERS. Fundo: Bagé. Subfundo: 1^a Vara Civil e Crime. Caixa: 010.0257. Processo: 1595.

considerável rebanho de ovelhas, informações estas confirmadas pelas testemunhas do processo, entre as quais se destaca o depoimento do fazendeiro Luiz Pacheco Prates: “Respondeu que sabe de ciência certa que o autor possui um grande rebanho de ovelhas e que destas lhe faltou porção [...]”.⁹ Mesmo que Manoel Ferrão tivesse aumentado a quantidade de ovelhas ao fazer a denúncia, certamente um rebanho de 600 ovelhas representava um grande rebanho, tendo em vista a opinião das testemunhas, e é possível perceber que, para cuidar da sua criação, ele dispunha de um ajudante permanente, o escravo Januário. Nos relatos das testemunhas ou de quem fez a denúncia, muitas vezes, na hora de se referirem a alguém além do nome, as testemunhas ou delegado fornecia alguma informação complementar, como foi o caso de uma denúncia contra oito homens, na maioria criadores, que entraram em conflito com três integrantes da força policial do Uruguai.¹⁰ Ao se referir ao réu Paschoal Fernandes, o delegado se refere a ele como “*criador e agregado* de Zeferino, por quem foi criado [grifo nosso]”.¹¹ Portanto, podemos considerar que, para esta sociedade, ser “criador” era uma condição acessível para aqueles que não possuíam a propriedade da terra, mesmo se o indivíduo fosse agregado. Em alguns processos, existem indivíduos que, ao se identificarem ou serem identificados por outrem, são referidos como sendo criador e proprietário. Possivelmente a necessidade desta diferenciação evidencia que ser criador era uma condição que vários poderiam alcançar e serem reconhecidos pelos seus pares, talvez a maior diferença estivesse entre ser agregado ou ser proprietário da terra. Além de Manoel Ferrão e Paschoal, aparecem nos autos de processos cíveis e crimes referências a outros criadores sem campo, dentre os quais se destaca o réu Matheus Munhoz Camargo, acusado de furtar três bois mansos dos campos de Felisberto José dos Santos, próximo ao Ibicuihy Carolina. O criador Matheus Munhoz de Camargo tinha 36 anos, era casado e morador no campo de propriedade de Constantino Teixeira, mas que, no momento, estava arrendado ao Vigário Lousada.¹² De acordo com as informações no processo, Matheus Munhoz foi identificado como *capataz* da propriedade, porém, além de capataz, o réu também se identificou como *criador e jornaleiro*. Desta forma, com base nas informações prestadas, sabe-se que se tratava de um criador, que era casado e sem campo, e, além disso, desempenhava outras ocupações laborais. Neste caso, Matheus caracterizava aquele criador que procurava acessar a terra para a sua própria criação e estabelecer sua família por meio de seu trabalho como capataz, não necessariamente como agregado. Como já

⁹ APERS. Fundo: Bagé. Subfundo: 1ª Vara Civil e Crime. Caixa: 010.0257. Processo: 1595.

¹⁰ APERS. Fundo: Bagé. Subfundo: 1ª Vara Civil e Crime. Caixa: 010.0261. Processo: 1722.

¹¹ APERS. Fundo: Bagé. Subfundo: 1ª Vara Civil e Crime. Caixa: 010.0261. Processo: 1722.

¹² APERS. Fundo: Bagé. Subfundo: 1ª Vara Civil e Crime. Caixa: 010.0258. Processo: 1607.

referido, as formas de um pequeno criador de gado vacum estabelecer-se com sua família e sua produção em um ambiente hostil para os despossuídos, em que a concentração do recurso fundiário estava na mão de poucos, certamente variaram ao longo do século XIX e XX, mas estes se mantiveram inventando e reinventando formas de acessar a terra para a sua produção autônoma, fosse como arrendatário, agregado ou trabalhador da estância. O papel da pequena produção familiar no interior de grandes propriedades para a região da Campanha ainda é pouco estudado, ainda que está tenha sido uma situação que se reproduziu em diferentes regiões do Brasil (Wanderley, 2009).

A mão de obra familiar na pecuária

No geral, as estâncias contavam com um determinado número de *trabalhadores permanentes* e de *trabalhadores sazonais*. Estes trabalhadores permanentes se tratavam dos peões assalariados e dos peões escravos campeiros,¹³ de algum capataz ou posteiro e, em alguns casos, dos agregados; além destes, também havia o trabalho de algum membro da família.

De acordo com o Relatório que acompanhava o Censo Agrário de 1858, um rebanho entre 500 a 1.000 reses necessitava de, pelo menos, três peões permanentes, ou seja, três homens adultos. Porém, conforme a literatura, era necessário um trabalhador permanente para cuidar de um rebanho de, aproximadamente, 500 reses (Farinatti, 2010). A quantidade informada apresenta uma significativa diferença entre a estimada pela literatura; neste sentido, é possível que os estancieiros em suas declarações ao censo tenham superestimado a necessidade da mão de obra para justificarem suas queixas em relação ao recrutamento de homens livres para a Guarda Nacional, como observado no Relatório. Tendo em vista a diferença estabelecida entre a literatura e o censo, optou-se em fazer uma média entre as duas informações, quando então se considera que, para cuidar de um rebanho entre 500 e 1.000 reses, seria necessário até dois homens adultos, e para um rebanho de até 500 reses, um homem adulto. Além disso, a ocorrência de delimitações naturais influenciava na necessidade de mão de obra: nos campos com barreiras naturais ao deslocamento do gado (por exemplo, a existência de “arroios fortes”), havia a

¹³ A presença do escravo nas atividades ligadas à pecuária foi minimizada pela historiografia tradicional, a qual afirmava que o sul do país era uma exceção no Brasil escravocrata e que os escravos estavam concentrados apenas nas atividades das charqueadas. Entretanto, pesquisas mais recentes revelam que muitos escravos desenvolviam atividades ligadas diretamente à pecuária, sendo estes identificados geralmente como escravos campeiros. Alguns trabalhos nesta perspectiva: Maestri (2008); Mayo (2004); Monsma (2011); Osório (2013).

possibilidade de dispensar peões, enquanto em campos abertos, a quantidade demandada de posteiros era evidentemente maior.

No Censo de 1858, cada criador informou também a quantidade utilizada de mão de obra permanente, embora “[...] a cifra dos peões compreende escravos na quase totalidade devido ao destacamento da Guarda Nacional”,¹⁴ como ressalva o Relatório. Considerando os mesmos estratos de dimensão dos rebanhos já apresentados em tabelas anteriores, procedeu-se à distribuição da quantidade de mão de obra permanente informada no censo (Tabela 6).

TABELA 6
Mão de obra permanente (assalariada e/ou escrava) utilizado por criadores de gado segundo o tamanho dos rebanhos (cria anual de vacum) em Santana do Livramento (1858)

Estrato (reses)	20 a 100	%	101 a 200	%	201 a 500	%	501 a 900	%	1.030 a 2.000	%	Total	%
Zero	19	37	4	12,5	2	9,5	0	0	0	0	25	20
Com 1	13	26	10	31,3	2	9,5	0	0	0	0	25	20
Mais de 1	19	37	18	56,2	17	80	15	100	6	100	75	60
Total	51	100	32	100	21	100	15	100	6	100	125	100

Fonte: AHRS. Relatório da Câmara Municipal, 1858.

Como é possível observar na Tabela 6, aqueles criadores com mais de uma unidade de mão de obra representam 60% da amostra. Porém, existia uma parcela de criadores que demandavam uma produção com baixo uso de mão de obra nas tarefas diárias, que representa 20% da amostra (categoria *com uma unidade de mão de obra permanente*).

Os estabelecimentos para as atividades de pecuária empregavam a mão de obra assalariada em combinação com a mão de obra escrava. Porém havia unidades produtivas que desenvolviam atividades de criação de gado apenas com mão de obra familiar nas tarefas diárias. Este tipo de estabelecimento é, principalmente, aquele cujos criadores declararam no censo utilizarem *zero* de mão de obra escrava ou contratada. Como pode ser verificado na Tabela 6, esta categoria representa 20% da amostra. Portanto, esta situação sugere que estes rebanhos eram cuidados

¹⁴ Relatório da Câmara Municipal. Correspondência expedida da Câmara Municipal de Santana do Livramento. AHRS, 1858. Maço 213. Cx. 114.

pelo próprio criador e seus filhos. Este tipo de situação pode ser verificada em uma denúncia que chegou ao delegado de Santana do Livramento: em 1861, o criador Joaquim dos Santos Padilha, morador no 13º quarteirão, denuncia o crime de furto de ovelhas de sua propriedade, que passa a ser explicado:

Que o queixoso é proprietário com criação de gado vaccum e lanígero, no lugar denominado Catacumbas, assim como Manoel Rodrigues da Silva, morador de 9 a 10 quadras do queixoso sem divisa alguma.

Que o suplicante em agosto de 1860 possuía 600 ovelhas e o Manoel Rodrigues cento e tantas; as do suplicante tinham por sinal as duas orelhas aparadas, e as de Rodrigues uma orelha aparada e outra uma marca em cima, confundindo-se frequentemente estes rebanhos pela pequena distância.

Que o queixoso desde agosto de 1860 até 8 de janeiro deste ano esteve nesta vila em curativo na casa de Feliciano da Costa Leite, deixando seu filho Francisco de 15 anos na fazenda.

Que nesta ausência dito Manoel Rodrigues cortando a [mossa] da orelha de suas ovelhas ficarão estas com o mesmo sinal das do queixoso e consequentemente confundidas, para o fim premeditado de Manoel Rodrigues que foi marcar as que lhes pareceu e matar desperdiçadamente em proveito de sua numerosa família e trabalhadores da olaria que possui, tanto assim [grifo nosso].¹⁵

No processo, há ainda o relato de que o rebanho de Joaquim dos Santos diminuiu em, aproximadamente, 200 ovelhas, enquanto que o rebanho do seu vizinho aumentou, além disso, poucas informações foram acrescidas, pois o réu era morador de Alegrete e se recusou a comparecer na delegacia de Livramento, e o denunciante acabou desistindo do processo. Entretanto, conforme o relato da denúncia no processo crime, é possível perceber que Joaquim dos Santos era criador de gado vacum e de ovelhas, e era proprietário das suas terras; mas o que mais chama a atenção é o fato de Joaquim dos Santos ter ficado cinco meses afastado de sua propriedade por conta de uma enfermidade, e ter apenas seu filho de 15 anos para cuidar da criação. Assim, é possível observar que, neste caso, o estabelecimento contava apenas com a mão de obra da família, pois, se houvesse um escravo ou um peão permanente, é muito provável que este seria citado no processo, ou, ainda, possivelmente teria coibido o furto por parte do vizinho. Além disso, Joaquim dos Santos possuía um rebanho para consumo, tendo em vista que uma das testemunhas relata que o denunciante, por conta da diminuição do tamanho do rebanho de ovinos, estava vendo-se obrigado a carnear rezes de vacum e não ovinos, sob pena de comprometer a produtividade dos ovinos.

Observando a composição dos rebanhos na Tabela 6, é possível verificar que estes criadores que utilizavam apenas a mão de obra familiar para o trabalho

¹⁵ APERS. Fundo: Bagé. Subfundo: 1ª Vara Cível e Crime. Caixa: 010.0256. Processo: 1536.

diário estavam concentrados entre os estratos dos criadores que dispunham dos menores rebanhos, e, neste caso, é muito provável que os tamanhos dos rebanhos correspondessem à disponibilidade da mão de obra da família, e não necessariamente o contrário. Se considerarmos que um rebanho de até 500 reses vacum necessitava de até um homem adulto e um rebanho de 500 a 1.000 reses necessitava, pelo menos, de dois homens adultos, é muito possível que uma família poderia ter um rebanho de até 400 ou 500 reses e cuidar apenas com a mão de obra do seu núcleo familiar. Além disso, aqueles criadores apontados na Tabela 6 situados na categoria *com uma* unidade de mão de obra (20%) também poderiam estar desenvolvendo suas atividades de criação com a mão de obra familiar e com ajuda de, pelo menos, um escravo, principalmente se os compararmos com os *pastores de ganado*, identificados por Garavaglia, que possuíam um ou dois escravos.

Para o período estudado, não existem trabalhos que abordem a pecuária desenvolvida na região da Campanha com base na mão de obra familiar. No entanto, Farinatti (2003), ao analisar o Censo Agrário de 1858 realizado nos municípios de São Borja e Santa Maria, chegou a conclusões pormenorizadas a este respeito, em parte porque, nestes municípios, os criadores recenseados diferenciaram o tipo de mão de obra utilizada entre escravos, peões assalariados e filhos; diferentemente da Câmara Municipal de Livramento, que se dedicou a anotar apenas os peões contratados ou escravos. De acordo com o autor, nestes municípios, a produção de pecuária pelos grandes criadores era realizada sem a presença da mão de obra familiar, salvo nas tarefas de administração. Já os criadores médios produziam com várias combinações de mão de obra assalariada, escrava e familiar, e aqueles com os menores rebanhos (de até 100 reses) utilizavam essencialmente mão de obra familiar, muitas vezes com a ajuda de algum filho (Farinatti, 2003).

Os *trabalhadores sazonais* se referiam àqueles que eram necessários quando o sistema de criação demandava mais tarefas e conseqüente mão de obra. O Relatório realizado pela Câmara Municipal explica de forma explícita esta necessidade: “[...] os capatazes e peões indicados são os necessários ao costeio, por assim dizer, diário, mas não para marcação, capação, e feitura de tropa, pois durante estes serviços o estancieiro argumenta o pessoal, que não é conveniente conservar concluídos que se já”.¹⁶ Referente a este período de pico de mão de obra, tangente aos pequenos criadores, se destacam dois importantes aspectos: o primeiro diz respeito àqueles estabelecimentos que desenvolviam a pecuária com base na mão de obra familiares, nos períodos de maior pico,

¹⁶ Relatório da Câmara Municipal. Correspondência expedida da Câmara Municipal de Santana do Livramento. AHRS, 1858. Maço 213. Cx. 114.

possivelmente contratassem algum jornaleiro ou pagassem algum escravo para que trabalhasse por um curto tempo ou, o que é mais provável, dependessem de mutirões feitos entre vizinhos. Garavaglia (1999) observou para a Campanha bonaerense diversos testemunhos desta relação de reciprocidade entre os pequenos produtores da região.

O segundo retoma a ideia central defendida pela recente historiografia, de que muitos destes trabalhadores temporários das estâncias, no geral os jornaleiros, não eram indivíduos que simplesmente vagavam pela Campanha em busca de alguma aventura ou trabalho temporário, o típico “gaúcho solitário”. Estes, em vários casos, tratavam-se de indivíduos que possuíam núcleos familiares, enquanto, muitas vezes, as suas famílias trabalhavam em seus lares com algum tipo de cultivo ou de criação, o chefe de família ou o filho mais velho saía para trabalhar em alguma estância para complementar a renda familiar ou eram migrantes (Monsma, 2011).

Considerações finais

Considera-se que o *pecuarista familiar* existente na Campanha no século XIX era aquele criador com menores rebanhos, situado nos estratos de até 100 reses ou até 300 reses, porque era muito provável que estes criadores tivessem um rebanho limitado ao que eles poderiam cuidar com mão de obra familiar e também com a área disponível para produção. Além disso, alguns pecuaristas familiares possuíam rebanhos de ovelhas. Aqueles que criavam ovelhas se referiam à minoria observada e muitos os faziam para autos sustento, pois, geralmente, possuíam pequenos rebanhos de ovinos. No que se refere ao tipo de mão de obra empregada na propriedade, estes pequenos produtores foram os únicos em que não se observou o uso de mão de obra assalariada e apenas em alguns casos o uso de até um escravo. Para os períodos de maior demanda da mão de obra, as tarefas de castração, marcação, etc., muitas vezes, eram realizadas com mutirões entre os vizinhos ou com a ajuda de algum trabalhador jornaleiro ou escravo que se empregava por conta, ou seja, era pago um ajudante eventual. No que se refere ao acesso à terra, estes pecuaristas poderiam obter o acesso à terra por meio da compra ou herança, considerados proprietários. Mas também foi observada uma significativa presença de criadores que não possuíam a propriedade da terra e esta era uma realidade observável não apenas em Santana do Livramento, mas também na região do Prata. A maior parte daqueles criadores sem a propriedade da terra eram criadores com pequenos rebanhos. Embora não fique claro de que forma estes indivíduos acessavam a terra, considera-se que, possivelmente, tratava-se de agregados, posteiros ou capatazes, e, em menor grau, de arren-

datários. Além disso, empregavam-se em alguma estância maior, eventual ou temporariamente para aumentar seus ingressos.

Talvez o que se demonstre mais peculiar na análise apresentada, quando comparado com o pecuarista familiar identificado na Campanha hoje, é a existência de uma categoria social de produtor que acessava a terra instalando-se em terras alheias na qualidade de agregado ou trabalhador da estância (capataz e posteiro), embora esta prática não tenha sido extinguida nos tempos atuais. Como já referido no texto, este criador passa a ser compreendido ainda mais como um *pecuarista familiar* quando se percebe que acessar a terra desta forma é uma estratégia para a perpetuação da família e sua reprodução enquanto unidade produtiva familiar, sobretudo em um contexto em que o acesso à terra é cada vez mais difícil para os mais modestos.

É interessante salientar que tanto nesta pesquisa, como naquelas que se referem às outras regiões da Campanha ou da região do Prata, ambas referindo-se ao período entre 1700 até final de 1800, os criadores que possuíam menores rebanhos representaram a maior quantidade de criadores existentes nas amostragens analisadas, embora possuíssem a menor quantidade total do rebanho da época. Em suma, estes pequenos criadores existiam de forma significativa na região já nos séculos XVIII e XIX.

Fontes primárias

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). *Inventáriospost-mortem*. Fundos: Bagé, Caçapava do Sul e Santana do Livramento (1859-1881).

Fundo: Bagé. Subfundo: Vara de Família. Caixa: 010.0271. Inventário: 167.

Fundo: Santana do Livramento. Subfundo: Vara de Família. Caixa: 772. Inventário: 313.

Processos crimes

Fundo: Bagé. Subfundo: 1ª Vara Cível e Crime. Caixa: 010.0256. Processo: 1536. Caixa: 010.0258. Processo: 1607. Caixa: 010.0257. Processo: 1595. Caixa: 010.0261. Processo: 1722.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRs). *Relatório da Câmara Municipal*. Correspondência expedida da Câmara Municipal de Santana do Livramento, 1858. Maço 213. Cx. 114.

Referências

CHASTEEN, J. C. Background to civil war: the processo of land tenure in Brazil's southern borderland, 1801-1893. *Hispanic American Historical Review*, 71, 1991.

- COTRIM, M. de S. *Pecuária Familiar na região da Serra do sudeste Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e situação socioagroeconômica do pecuarista familiar no município de Canguçu/RS*. 2003. 123 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- FARINATTI, L. A. E. Um campo de possibilidades: notas sobre as formas de mão de obra na pecuária (Rio Grande do Sul, século XIX). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 7, n. 8, p. 253-276, 2003.
- _____. Peões de estância e produção familiar na Fronteira sul do Brasil (1845-1865). *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 359-383, 2008.
- _____. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.
- FERNANDES, V. D. *O pecuarista familiar na campanha rio-grandense (Santana do Livramento/RS)*. 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- GARAVAGLIA, J. C. *Pastores y labradores de Buenos Aires: una historia agrária de la campaña bonaerense 1700-1830*. Buenos Aires: De La Flor, 1999.
- GARCIA, G. B. *Os domínios da terra: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista*. 2005. 191 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- GELMAN, J. Producción campesina y estancias en el Río de la Plata Colonial: la región de Colonia a fines del siglo XVIII. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*, Tercera Serie, Buenos Aires, n. 6, p. 41-65, jul./dic. 1992.
- _____. Família y relaciones de producción en la campaña rioplatense colonial. Algunas consideraciones desde la Banda Oriental. In: GARAVAGLIA, J. C.; MORENO, J. L. (Org.). *Población, sociedad, familia y migraciones en el espacio rioplatense: siglos XVIII y XIX*. Buenos Aires: Cántaro, 1993. p. 75-103.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- LEIPNITZ, G. T. *Entre contratos, direitos e conflitos: arrendamentos e relações de propriedade na transformação da Campanha rio-grandense: Uruguaiana (1847-1910)*. 2010. 224 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- MAESTRI, M. O cativo, o gaúcho e o peão: considerações sobre a fazenda pastoril rio-grandense (1680-1964). In: MAESTRI, M. (Org.). *O negro e o gaúcho: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil*. Passo Fundo: UPF, 2010. p. 212-300.
- MAYO, C. A. *Estancia y sociedad en la pampa (1740-1820)*. Buenos Aires: Biblos, 2004.
- MONSMA, K. Escravos e trabalhadores livres nas estâncias do século XIX. In: HAREES, M. M.; REGUERA, A. *Da região à nação: relações de escala para uma história comparada: Brasil – Argentina (séculos XIX e XX)*. São Leopoldo: OIKOS, 2011. p. 81- 114.
- NESKE, M. Z. *Estilos de agricultura e dinâmicas locais de desenvolvimento rural: o caso da pecuária familiar no território Alto Camaquã do Rio Grande do Sul*. 2009. 195 f.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

OSÓRIO, H. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

_____. Formas de vida e resistência dos lavradores-pastores do Rio Grande do Sul no período colonial. In: MOTTA, M.; ZARTH, P. (Org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: NEAD, 2008. p. 43-62.

_____. Com a sua marca: trajetórias e experiências de trabalhadores escravos e livres da pecuária no Brasil meridional. In: FORTES, A.; LIMA, H. E.; XAVIER, R. C. L.; PETERSEN, S. R. F. (Org.). *Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. 1. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2013. p. 187-203.

RIBEIRO, C. M. *Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região da campanha do Rio Grande do Sul*. 2009. 300 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2009.

SANDRINI, G. B. D. *Processo de Inserção dos pecuaristas familiares do Rio Grande do Sul na cadeia produtiva de carne*. 2005. 161 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

WANDERLEY, M. de N. B. *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.